

O “comunista” e os “últimos cavaleiros”: representações sobre Martin Luther King Jr. e o FBI nas cartas de civis para John Edgar Hoover (1962-1971)

João Paulo Martins Faria¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar as representações sobre Martin Luther King Jr. e o Federal Bureau of Investigation (FBI) contidas em cartas enviadas por civis para o então diretor da agência de investigação, John Edgar Hoover, entre as décadas de 1960 e 1970. Embora figura pública quase unânime em vários espectros políticos atualmente, King foi duramente perseguido e criticado durante sua vida. A partir disso, buscamos reconstruir os retratos constituídos acerca do pastor naquele período, bem como entendermos as articulações anticomunistas e racistas por trás dos julgamentos a sua figura e o papel do FBI e de Hoover nesse processo. Argumentamos que o anticomunismo e o racismo, longe de serem características de certos posicionamentos políticos da época, eram na verdade o modelo de inteligibilidade que dava sentido à realidade estadunidense, de acordo com parte significativa da população do país.

Palavras-chave: FBI; Martin Luther King Jr.; anticomunismo

The “communist” and the “last knights”: depictions of Martin Luther King, Jr. and the FBI in the letters to John Edgar Hoover (1962-1971)

Abstract: This article aims to analyze the depictions of Martin Luther King Jr. and the Federal Bureau of Investigation (FBI) contained in letters sent by civilians to the director of the Bureau, John Edgar Hoover, between the 1960s and 1970s. Although celebrated by many today, King was harshly persecuted and criticized during his lifetime. Therefore, we sought to reconstruct the portraits created about the pastor and understand the anti-communist and racist articulations behind those depictions against him, as well as the role of the FBI and Hoover in this process. We argue that anti-communism and racism, far from being characteristics of certain political positions at the time, were in fact the very frames through which political reality was interpreted by a significant part of the country’s population.

Keywords: FBI; Martin Luther King Jr.; anti-communism

Artigo recebido em: 27/02/2024

Artigo aprovado em: 04/04/2024

¹Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail para contato: joao.martins.faria@alumni.usp.br. Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-2202-8106>.

Introdução

Em 10 de maio de 1968, a seguinte carta foi escrita e enviada para o então diretor do Federal Bureau of Investigation (FBI), John Edgar Hoover:

Caro Sr. Hoover:
Tenho 9 anos. Estou na terceira série. Hoje eu li no “Weekly Reader” que o Dr. Martin Luther King foi um grande homem. Meu professor disse que ele foi um grande homem. Meu pai disse que ele foi um homem mau e um notório mentiroso. Ele [meu pai] também disse que ele [King] ajudou os comunistas a avançarem sua causa. Quem está mais correto, meu professor ou meu pai?
[Section 84, 10/05/1968, Crane, Texas]

Figura 1: Carta de uma criança para John Edgar Hoover.

TRUE COPY

Mr. J. Edgar Hoover
Federal Bureau of Investigation
Washington D. C.

Dear Mr. Hoover:

I am 9 years old. I'm in the third grade. Today I read in my "Weekly Reader" that Dr. Martin Luther King was a great man. My teacher said he was a great man. My Father said he was a evil man and a notorious liar. He also said he helped the communist advance their cause. Who is more nearly correct, my teacher or my father?

Respectfuloy yours,

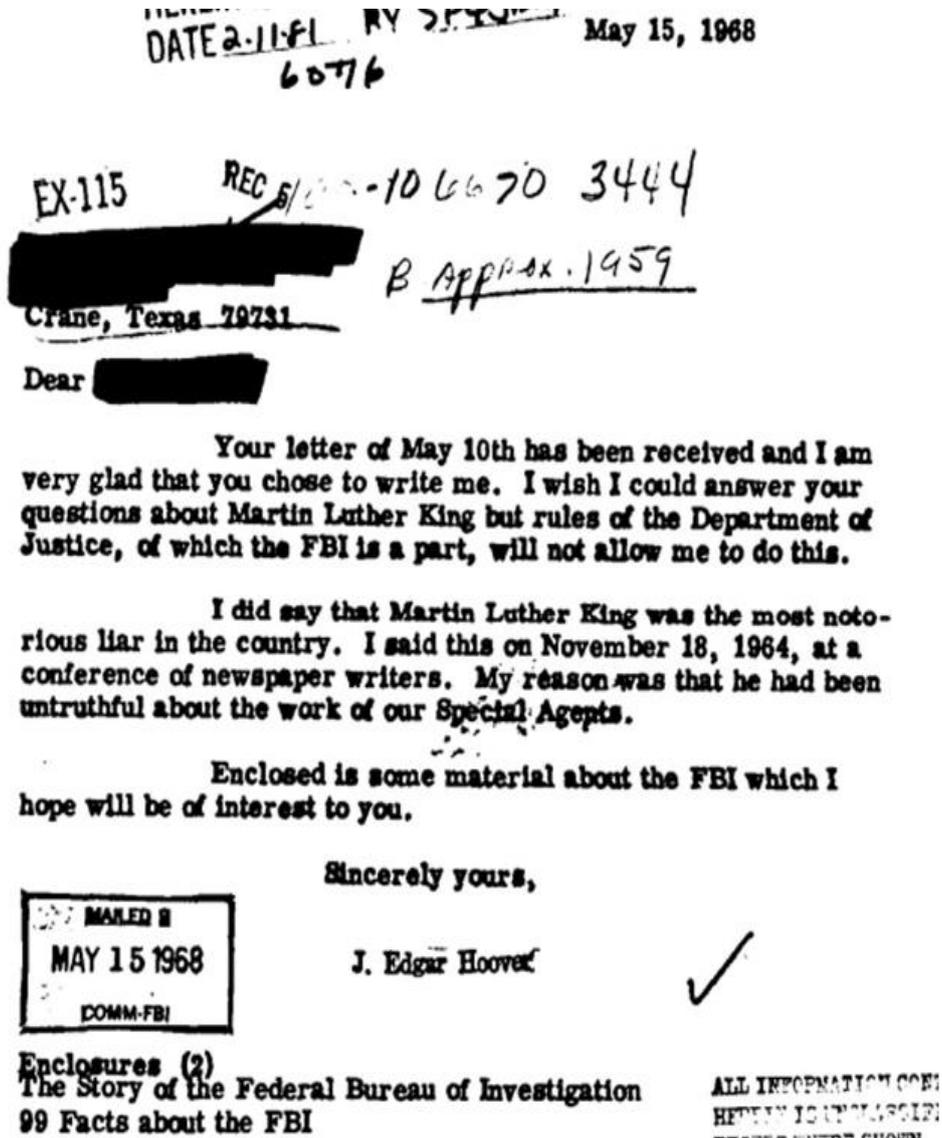

Fonte: Martin Luther King Jr. FBI File, Section 84, 10/05/1968, Crane, Texas

Cinco dias depois, a resposta do Bureau – assinada alegadamente por Hoover – diz o seguinte:

Caro [censurado]
Sua carta de 10 de maio foi recebida e estou muito feliz que você escolheu escrever para mim. Eu gostaria de poder responder suas perguntas sobre Martin Luther King, mas as regras do Departamento de Justiça, do qual o FBI é parte, não me permitem fazê-lo. Eu de fato disse que Martin Luther King era o mais notório mentiroso do país. Eu disse isso em 18 de novembro de 1964, em uma conferência de jornalistas. Falei isso porque ele tinha sido desonesto sobre o

trabalho de nossos agentes especiais. Em anexo há alguns materiais sobre o FBI que podem ser interessantes para você. [Section 84, 15/05/1968]

Figura 2: Resposta de Hoover para a criança.



Fonte: Martin Luther King Jr. FBI File, Section 84, 15/05/1968.

Essas cartas, além de despertarem uma série de questionamentos à primeira vista, expressam dois elementos interessantes sobre as práticas do FBI e as interpretações acerca de Martin Luther King Jr. Primeiramente, chama a atenção o alegado diálogo estabelecido

entre uma criança de nove anos e Hoover ou funcionários do Bureau. Isso só foi possível por conta de uma política de relações públicas intensa feita pelo FBI a partir dos anos 1930, que promoveu uma imagem institucional de agência isenta, apolítica, próxima do povo estadunidense. Outro sintoma disso são os anexos enviados por Hoover para a criança, dispostos no final da missiva. Embora não estejam disponíveis para consulta, provavelmente se tratava de textos apologéticos da instituição, a julgar pelos seus títulos: *The Story of the Federal Bureau of Investigation* e *99 Facts about the FBI*.

O segundo elemento interessante desse diálogo é o dilema do remetente. Seu pai lhe disse que Martin Luther King Jr. era “mau”, enquanto seu professor exaltava o pastor. A pergunta da criança, como muitas dúvidas da infância, é ao mesmo tempo óbvia e perspicaz: quem estava certo, o professor ou o pai? Percebemos, pelo relato do jovem, mesmo que de forma preliminar, que essas representações simultâneas de King eram veiculadas e discutidas em âmbitos bem diversos, como a imprensa, a sala de aula e o ambiente familiar. Embora este artigo não tenha como objetivo responder a indagação, ela nos revela uma batalha pela memória do ativista negro norte-americano, logo após seu assassinato, em 4 de abril de 1968, pelas mãos de um supremacista branco.

Àqueles não muito familiarizados com a história de Martin Luther King Jr., a pergunta pode parecer absurda. Afinal, o pastor é uma figura amplamente aclamada, tanto nacional quanto internacionalmente, por setores de direita e de esquerda. King é o único indivíduo a ter um feriado em sua homenagem nos Estados Unidos, e seu memorial na capital, Washington D.C., está ao lado de outros dedicados a vários presidentes daquele país. Como, portanto, uma criança de nove anos – pouco mais de um mês após a morte do pastor – poderia ter dúvidas sobre o impacto positivo de King? Poder-se-ia argumentar que ela estava sendo apenas influenciada pelo pai. No entanto, a indagação persiste. Como poderia um pai falar para seu filho que Martin Luther King Jr., símbolo do pacifismo e do movimento dos *Civil Rights*, era “mau” e que tinha “avançado as causas comunistas”?

Muito de nossa percepção atual sobre o ativista é fruto de uma apropriação neoconservadora de sua figura, iniciada nos anos 1980 sob a presidência de Ronald Reagan (1981-1989) (HALL, 2005). Essa perspectiva buscou tornar King uma figura apolítica e compatível ao discurso conservador norte-americano, apagando o histórico de

pautas e ativismo mais radicais do pastor. Nessa narrativa, o ativista seria apenas uma figura religiosa inserida plenamente na narrativa nacional norte-americana, um líder negro bem-sucedido numa luta específica contra a segregação racial sulista nos anos 1950 e 1960. Dessa forma, a luta de King contra a Guerra do Vietnã, as rugas que teve com o governo federal norte-americano e seu questionamento incessante ao militarismo e à desigualdade nos Estados Unidos foram deixados de lado. A amplitude dessa narrativa neoconservadora nublou tanto as atitudes mais radicais de King, principalmente nos anos 1960, quanto outras diversas interpretações (à direita e à esquerda) construídas sobre o pastor desde a década de 1950.

Utilizando as cartas disponíveis nos arquivos da investigação de Martin Luther King Jr. pelo FBI – e as respostas dos agentes –, argumentamos que foram construídas representações sobrepostas, simultâneas, contraditórias e complementares do pastor e do próprio Bureau por parte dos remetentes. O inquérito acerca do pastor, que durou entre 1962 e 1968, foi iniciado por suspeitas de que o ativista estivesse sendo influenciado por assessores comunistas. Esse fato condicionou não apenas a investigação do Bureau, mas também as percepções cotidianas e civis acerca do pastor.

Nosso objetivo neste artigo é reconstruir e analisar algumas dessas representações construídas, as quais circulavam amplamente nos Estados Unidos nos anos 1960. Para tanto, faz-se necessária uma discussão prévia sobre a história do FBI e de sua atuação nas relações raciais norte-americanas durante o século XX.

FBI, questões raciais e propaganda (1908-1962)

O FBI é uma agência norte-americana responsável pelo trabalho policial e de inteligência no nível federal. Ela responde ao *attorney general* (equivalente ao Ministro da Justiça no Brasil) e está submetida ao *U.S. Department of Justice*. O Bureau foi fundado em 1908 – com o nome de Bureau of Investigation (BI) – pelo então *attorney general* Charles Bonaparte, no contexto do movimento progressista (MCGERR, 2003) nos Estados Unidos e durante a presidência de Theodore Roosevelt (1901-1909).

Desde o início da instituição, ficaram marcadas as tensões raciais que compunham tanto sua atuação quanto o próprio quadro de funcionários da agência. Os agentes – principal símbolo da instituição – eram quase sempre homens brancos, protestantes e com diplomas universitários, sendo que homens não-brancos eram relegados a postos subalternos. Além disso, episódios de violência racial fizeram parte dos primeiros anos do Bureau. O lutador negro Jack Johnson (1878-1946) – campeão de boxe na categoria peso-pesado nos anos 1910 – foi severamente perseguido pelos agentes da instituição, que se utilizaram de subterfúgios jurídicos e interpretações exóticas de uma lei antiprostituição para condená-lo por tráfico interestadual de mulheres (THEOHARIS, 2004, p. 9). Marcante também foi a repressão aos movimentos negros e de esquerda em 1919, em resposta às tensões sociais do pós-Primeira Guerra Mundial (HAGEDORN, 2007).

Atuando em um país profundamente anticomunista e racista, onde a segregação racial se expandia e o medo do alastramento da Revolução Russa de 1917 povoava o imaginário e os discursos da população, o Bureau se utilizava da repressão a movimentos sociais como forma de se estabelecer no cenário político estadunidense. Isso porque, como agência federal, estava inserida nas tensões e debates entre projetos políticos centralizadores e descentralizadores no país (O'REILLY, 1987, p. 3). Dessa forma, sua atuação era ainda bastante comprometida por falta de legislação federal e pelo histórico de predominância estadual na área policial. Restavam, portanto, as atividades repressivas, propagandísticas e de inteligência (esta a partir da Primeira Guerra Mundial) para que a instituição se consolidasse e ganhasse alguma estima pública nos Estados Unidos.

No entanto, o crescimento do BI não foi linear. Por inúmeros escândalos de corrupção e operações truculentas e mal pensadas, principalmente entre o fim dos anos 1910 e início dos 1920, vários *attorneys general* e diretores do Bureau foram sendo substituídos (POWERS, 2004, p. 128). Foi só em 1924 que a instituição começou a se estabilizar, quando John Edgar Hoover foi alçado à diretoria, posição que ocupou até sua morte em 1972. Figura enérgica e ferrenhamente anticomunista, Hoover iniciou uma série de reformas na agência – como políticas rígidas de recrutamento, maior centralização das

ações investigativas e maior foco em casos pequenos e de fácil resolução – no intuito de recuperar a imagem pública da instituição (THEOHARIS, 2004, p. 20).

Ainda marcado pelos escândalos anteriores, o BI perdeu boa parte de seu orçamento na década de 1920. Coube a Hoover tentar reconstruir a agência e, até o início do governo de Franklin Delano Roosevelt (1933-1945), o diretor foi modestamente bem-sucedido. Com a ascensão do presidente democrata e seu projeto de centralização política e recuperação econômica a partir do *New Deal*, o Bureau ganhou novo fôlego e um orçamento crescente. Uma nova leva de reformas na década de 1930 consolidou a profissionalização da agência: foram construídas uma academia de treinamento de agentes e um laboratório forense; estabeleceu-se o direito de portar armas e efetuar prisões por parte dos agentes do Bureau; e, por fim, mudou-se definitivamente o nome da instituição para Federal Bureau of Investigation em 1935 (JEFFREYS-JONES, 2007, pp. 86-87). O FBI que existe hoje, portanto, é obra das intensas reformas e da longa diretoria de Hoover.

Em termos de jurisdição, atividade policial e inteligência, o Bureau também cresceu nos anos 1930. Novas leis federais expandiram o campo de atuação da agência, o laboratório forense e a liderança do FBI construíram conexões constantes com as polícias locais e as tensões europeias advindas da ascensão do fascismo e do nazismo reavivaram a importância da inteligência interna no país. Desse modo, a instituição recuperou boa parte de seus papéis na área de inteligência, graças a diretivas secretas de Roosevelt, que autorizavam a vigilância a simpatizantes do nazismo, fascismo e comunismo (THEOHARIS, 2000, pp. 15 e 17). Legitimado por essas ordens, Hoover e seus funcionários reestabeleceram também a repressão a movimentos sociais, sob o argumento de que estes contribuía para o clima de insegurança no país (TYSON, 2010, pp. 43-66).

Também nos anos 1930, uma imagem pública de agência infalível, apolítica e próxima do povo se consolidou. Graças a conexões frutíferas com movimentos conservadores e com as produtoras cinematográficas em Hollywood, o FBI ajudou a produzir numerosos filmes retratando seus agentes e suas investigações bem-sucedidas (THEOHARIS, 2004, p. 118). Produtos diversos com a temática da instituição foram

produzidos e vendidos em massa, como fantasias de agentes, histórias em quadrinhos e objetos colecionáveis (THEOHARIS, 2000, pp. 261-307). O Bureau se fazia presente também em outras mídias, como a rádio e os jornais, principalmente a partir da cobertura midiática e dramatização da perseguição aos famosos gângsteres da década de 1930. Internamente, promoveu-se uma política intensa de relações públicas, estabelecendo-se contatos da instituição com intelectuais conservadores, universidades, figuras públicas relevantes e com o público (BURROUGH, 2004). Por meio de artigos em jornal, boletins mensais sobre criminalidade e até tours de visitantes na sede do FBI, a agência promoveu uma aproximação com a população norte-americana, consolidando sua imagem pública (THEOHARIS, 2000, p. 229). A partir dela, como veremos, idealizavam-se a instituição e seu diretor, legitimando praticamente todas as ações investigativas e repressivas do Bureau.

Após consolidar sua atuação na área da inteligência durante a Segunda Guerra Mundial, o Bureau esteve inserido nas principais tensões sociais domésticas da Guerra Fria. Num país de profundas desigualdades raciais, econômicas e políticas, o FBI teve papel fundamental na produção e reprodução dos conflitos que marcaram os anos 1950 e 1960 nos Estados Unidos. Nesse sentido, foi uma das principais agências responsáveis por investigar e reprimir os movimentos negros que ascenderam no país naquela época. Utilizando toda sorte de ferramentas repressivas (escutas, interceptação de correspondência, vazamentos, circulação de informações falsas, instrumentalização de rivalidades internas aos movimentos sociais etc.), legais e ilegais, o Bureau vigiou e investigou praticamente todas as figuras políticas negras relevantes do país naquelas duas décadas. Conectando, de forma quase sempre fictícia, o medo de revolta racial e o anticomunismo, Hoover e seus subordinados se tornaram uma das forças conservadoras mais atuantes e importantes para o entendimento das tensões sociais e políticas internas estadunidenses (MAY, 2017, pp. 57-96).

Martin Luther King Jr. e Hoover nas cartas ao FBI: anticomunismo e racismo

Em junho de 1968, uma carta foi enviada a Hoover com uma pergunta simples e que sintetiza boa parte do conteúdo das comunicações entre o FBI e a população civil:

Caro Sr. Hoover,

Quero saber se o falecido Dr. Martin Luther King Jr, era um “comunista de carteirinha” [*card carrying communist*].

Por favor, responda logo

Sinceramente,
[nome censurado]
Watertown, Wisconsin
[Section 85, 12/06/1968, Watertown, Wisconsin]

Nota-se a dúvida pontual e curta do remetente acerca das filiações políticas de Martin Luther King Jr., fruto de intensas campanhas contra o pastor e o movimento dos *Civil Rights*, além de um racismo e anticomunismo latentes (HALL, 2005). Tratava-se de um questionamento bastante comum nessas cartas, principalmente após a morte do ativista. Segundo a historiadora Teresa Malatian, ao analisar cartas,

(...) o historiador espia por uma fresta a vida privada palpitante, dispersa em migalhas de conversas a serem decodificadas em sua dimensão histórica, nas condições socioeconômicas e na cultura de uma época, na qual público e privado se entrelaçam, constituindo a singularidade do indivíduo numa dimensão coletiva. (MALATIAN, 2017, p. 200)

A partir dessa percepção, as cartas aqui analisadas expressam e constroem representações de King que fazem parte tanto da “singularidade do indivíduo” quanto de uma “dimensão coletiva”. A partir desse diálogo entre civis e Hoover, informações (falsas ou não) circulavam, material anticomunista era disseminado e suspeitas eram confrontadas ou confirmadas, contribuindo assim para construir uma representação de King nos níveis individual e coletivo. Nesse sentido, a simplicidade da carta reproduzida anteriormente é um sintoma do quão comum era essa discussão sobre o pastor, além de

que, em geral, o diretor do FBI era visto como alguém aberto aos questionamentos de cidadãos comuns norte-americanos e disposto a respondê-los.

Ainda em junho de 1968, George V. Hansen – um congressista republicano de Idaho – enviou uma missiva para Hoover atentando para as perguntas que recebia constantemente de seus eleitores:

Caro Sr. Hoover:

Recentemente eu recebi vários questionamentos sobre se o Dr. Martin Luther King foi alguma vez identificado como membro do Partido Comunista. Você tem alguma evidência nos seus arquivos que poderiam indicar se King era ou se alguma vez foi membro dessa organização? [Section 85, 24/06/1968, Washington, D.C.]

Percebe-se que se tratava de uma dúvida relativamente comum. Pessoas a expressavam por meio de comunicações com seus representantes políticos e com o próprio FBI, enxergando nessas autoridades governamentais a possibilidade de sanar suas dúvidas cotidianas acerca de King.

Há, nessa constatação, dois pontos importantes. O primeiro é que nesse diálogo, estabelecido alegadamente com o diretor do Bureau, Hoover era visto como o portador da verdade, um homem capaz de informar os cidadãos norte-americanos de maneira honesta e imparcial. Em carta de 14 de junho de 1963, por exemplo, um remetente relatou uma discussão com seus colegas de clube acerca de King, dizendo que “Todos nós concordamos que se eu escrevesse para o seu altamente respeitável escritório e conseguisse uma resposta, nós seguiríamos essa decisão [a opinião de Hoover]” (Section 4, 14/06/1963, Shafter, Texas).

Declarações como essa são comuns nas mais de 790 cartas disponíveis. Um remetente de New Brunswick, New Jersey, em novembro de 1963, afirmou que “Já que tenho tamanho respeito pela sua organização e por você em particular, Sr. Hoover, escolhi você como minha *fonte da verdade*” (Section 7, 22/11/1963, New Brunswick, New Jersey). Em setembro de 1964, outro remetente do mesmo estado disse que “Você [Hoover] é o homem que confiamos nesse país. Sabemos que *you possess the facts and speak the truth.*” (Section 16, 26/09/1964, West Collingswood, New Jersey). Mais tarde, em

abril de 1968, um remetente de Idaho afirmou que tinha a “firme *convicção* de que você [Hoover] *endireitará* eu e várias pessoas nessa área e que no fim a verdade e a razão prevalecerão (...)” (*Section 81*, 05/04/1968, Payette, Idaho). Uma mulher da Carolina do Sul, no mesmo ano e mês disse que “Ninguém mais [além de Hoover] parece apto a *me iluminar*” (*Section 81*, 06/04/1968, Sumter, South Carolina). Um estudante da Califórnia, em novembro de 1968, afirmou que “É do meu entendimento que o FBI tem evidências *exatas, reveladoras e inquestionáveis* sobre as atividades dele [King]” (*Section 86*, 21/11/1968, Rolling Hills, Califórnia). Descrevendo um conflito entre si e sua congregação metodista, um remetente da Carolina do Norte pediu para Hoover, em carta de agosto de 1970, “Você [Hoover] poderia nos *corrigir*? Sei que você possui os *fatos honestos*.” (*Section 90*, 17/08/1970, Snow Camp, Carolina do Norte).

Essa veneração à figura de Hoover se expressava de modo até dramático. Relatando uma crítica que fez a King no contexto de uma rusga entre o pastor e o diretor do FBI em 1964, um remetente de Lebanon, Pensilvânia, afirmou: “deixo para você [Hoover] *decidir* se ele [King] é o servo de Deus ou um discípulo de Satã” (*Section 11*, 24/04/1964, Lebanon, Pensilvânia). Portanto, para um número significativo de pessoas, John Edgar Hoover era uma fonte da verdade e dos fatos, um líder que tinha o poder de “endireitar” e “iluminar” o caminho de cidadãos com dúvidas ou mal-informados acerca do cotidiano de seu país e das figuras políticas nacionais. Nota-se que essas declarações são de remetentes de lugares diferentes do país e vão do começo da década de 1960 até o início dos anos 1970, indicando a força e a capilaridade tanto da imagem pública positiva de Hoover e do Bureau, quanto das representações negativas acerca do investigado.

O segundo ponto importante é notar como o assunto Martin Luther King Jr. era comum nos mais variados contextos. Discutiam-se o ativismo do pastor, suas atitudes e filiações políticas cotidianamente, assim como – depois de 1968 – sua morte, memória e legado de forma bastante corriqueira. Nas cartas aqui estudadas, há relatos de conversas sobre o pastor em escolas dominicais, clubes, igrejas, congregações religiosas, escolas, salas de aula, trabalho, cafés, universidades e catequeses. Desde conversas amigáveis e discordâncias pontuais até discussões acaloradas foram relatadas, fossem entre amigos, parentes, pais e filhos, professores, colegas de trabalho ou figuras religiosas. King e seu

ativismo tiveram, desse modo, impacto até nos âmbitos mais privados da vida dos cidadãos estadunidenses. Nesses ambientes, discutia-se se o pastor era comunista ou não, se suas demandas eram legítimas, se suas estratégias de protestos eram violentas ou pacíficas etc.

No entanto, as cartas não se resumiam apenas ao relato cotidiano ou ao saneamento das dúvidas dos remetentes. Parte significativa delas também expressava perspectivas claramente racistas e anticomunistas. Em outubro de 1963, um remetente de Hollister, Missouri, enviou um folheto para Hoover contendo acusações de comunismo ao pastor. Ao explicar o conteúdo do anexo, disse ele que “[o folheto] implica que Martin Luther King Jr. é um comunista. *Ele é, ou [é] apenas um simpatizante?*” (Section 6, 12/10/1963, Hollister, Missouri). Percebe-se que o anticomunismo, nessa perspectiva, é quase onipresente. O remetente não considera a possibilidade do contraditório. As únicas opções possíveis eram King ser comunista ou um simpatizante do comunismo.

Nesse sentido, muitas das cartas também apresentavam a perspectiva de simples confirmação de ideias anticomunistas preconcebidas. Em outubro de 1963, um remetente perguntou para Hoover “Martin Luther King é um extremista de esquerda e/ou ele é inclinado para qual lado [?]. *Comunista ou qualquer outra coisa [?].*” (Section 6, 17/10/1963, Livermore, Califórnia). Ou seja, o ponto de partida é o comunismo. Primeiramente, uma pessoa é ou não comunista, e apenas depois ela poderia ser classificada como “qualquer outra coisa”. Outro(a) remetente expressou mais claramente suas visões sobre comunismo e questão racial, em carta de novembro de 1963:

Eu disse de primeira que o movimento negro era inspirado, liderado e encorajado por líderes comunistas, e pago totalmente ou parcialmente por eles pelo menos. *Acho que todos sabem que a raça colorida [colored race] não tem dinheiro para financiar tudo o que são e o que estão fazendo pelo período de tempo que estão operando.* Eu ousei manifestar essa ideia uma vez e fui severamente criticado[a], mas de qualquer maneira ainda acredito nisso. [Section 6, 13/11/1963, Ponca City, Oklahoma]

Percebe-se como anticomunismo e racismo se interligam na ideia expressa pelo(a) remetente. De acordo com ele(a), a população negra seria incapaz (intelectual e economicamente) de sustentar seus esforços políticos por tanto tempo, sendo “óbvia”, portanto, a influência comunista por trás de sua atuação. Vale lembrar que àquela altura,

o *Civil Rights* já era movimento social massivo, havia realizado a Marcha sobre Washington em 1963 e conquistado, por pressão, o *Civil Rights Act* de 1963, que tornava ilegal a segregação racial no país.

De acordo com François Hartog, representar envolve a construção de uma narrativa “que tem a preocupação de traduzir o outro em termos do saber compartilhado”, que possui mecanismos de convencimento a partir de uma “retórica de alteridade” (HARTOG, 2014, p. 41). No caso do tema deste artigo, esse “saber compartilhado” – de origem profundamente anticomunista e racista – condicionou a criação e reprodução de representações problemáticas e voláteis, que eram manipuladas de acordo com os sentimentos específicos de cada remetente e os materiais anticomunistas a que eram expostos.

Esse conspiracionismo anticomunista articulava uma concepção de racismo que se adaptava a esse novo contexto em que o movimento negro se mostrava forte politicamente e capaz de conquistar vitórias legislativas e sociais. Como o maior inimigo do imaginário norte-americano desde o fim da Segunda Guerra Mundial era o “comunismo”, a inserção do medo racial nessa equação se deu a partir de coordenadas anticomunistas, de forma a mesclar essas duas “ameaças” (MAY, 2017). Desse modo, muitas das cartas apresentavam uma convicção prévia de que havia influência comunista nos *Civil Rights* e em King, e buscavam no diretor apenas uma confirmação escrita dessas visões. Em suma, construíram-se representações acerca de King estruturadas em profundo anticomunismo e racismo comuns na década de 1960 nos EUA.

Em carta de Terre Haute, Indiana, datada de abril de 1965, o(a) remetente afirmou que “*Não tenho dúvida sobre as conexões comunistas do Dr. King, mas meu único propósito em escrever [essa carta] é se a confirmação dessas convicções por você [Hoover] está disponível para um cidadão privado*” (Section 29, 05/04/1965, Terre Haute, Indiana). Ou seja, a imagem pública do diretor do FBI oscilava entre aquele que informava os desinformados e aquele que servia como confirmação das convicções anticomunistas (e muitas vezes racistas) dos “cidadãos” norte-americanos. Sob essa concepção, era ponto pacífico que King era comunista, e as pessoas com o mínimo de entendimento conseguiam chegar a essa conclusão. O único elemento faltante era uma

prova documental ou um argumento de autoridade, o que poderia ser fornecido por Hoover.

Tal era o nível de conspiracionismo dessa interpretação sobre o pastor, que mesmo a falta de provas se tornava uma prova. Ao narrar uma discussão com uma amiga “liberal”, um(a) remetente de Los Angeles, Califórnia, em carta de novembro de 1965, disse que

É claro que eu sei que, possivelmente, ele [King] não tem uma “carteirinha” de membro do Partido Comunista, porque ele seria muito mais útil aos comunistas se não tivesse. Mas você [Hoover] pode assegurar para ela que ele [King] é um [comunista] e, portanto, um perigo para nosso país? [Section 47, 08/11/1965, Los Angeles, Califórnia]

Dessa maneira, mesmo se King não tivesse uma comprovação documental de pertencimento a uma instituição comunista, isso ainda assim poderia ser interpretado como uma tática comunista para torná-lo útil ao projeto político vermelho. Não havia escapatória. Qualquer luta social, demanda por direitos ou crença em mudança política no país era interpretada como parte de uma luta entre os Estados Unidos e a ameaça comunista. Negavam-se, portanto, as tensões sociais oriundas da própria dinâmica político-racial e histórica nacional, que àquela altura era marcada por séculos de escravidão e/ou segregação racial de minorias (ROEDINGER, 2007).

Mesmo potenciais dúvidas acerca da figura de King eram marcadas por uma perspectiva anticomunista que pressupunha uma “contaminação” vermelha. Em carta de setembro de 1967, um(a) remetente fez um pedido a Hoover: “Eu apreciaria qualquer informação que você [Hoover] possa ter sobre Martin Luther King ser um comunista” (Section 75, 19/09/1967, Catonsville, Maryland). Percebe-se que o autor da carta não queria qualquer informação sobre o pastor, mas informações sobre “King ser um comunista”. Não havia a possibilidade, portanto, de a premissa estar errada. Sob essa perspectiva, o pastor era inegavelmente um comunista.

Essas visões eram justificadas, muitas vezes, de forma metafísica. Em junho de 1968, um(a) remetente da capital do país escreveu para Hoover dizendo:

Eu acredito que King advogava o puro comunismo e tinha todos os traços de um comunista, que desafiaria a lei, roubaria, queimaria, mataria e até destruiria a si mesmo para atingir os objetivos do Partido Comunista. (...) e, sendo bem

justo, eu devo adicionar que *não posso basear o que digo em nada tangível, mas tenho uma forte intuição* que King e uns comunistas concordaram em matar Martin Luther para ajudar a “causa”. [Section 84, 04/06/1968, Washington, D.C.]

Ou seja, baseados numa “forte intuição” (*strong hunch*, no original), King e outros comunistas combinaram de matar o pastor para ajudar a “causa comunista”. Advogar essa perspectiva anticomunista significava se descolar da realidade e da coerência dos próprios enunciados conspiracionistas criados por essas mesmas pessoas. Tudo deveria ser explicado por uma artimanha comunista, até o assassinato brutal de King.

Nessa ótica, uma série de notícias falsas e interpretações errôneas sobre a atuação do pastor foram relatadas ao FBI nas cartas, expressando angústias, convicções e preconceitos dos remetentes, elementos que compõem essa miríade de representações acerca do investigado nos anos 1960.

Um dos relatos mais comuns utilizados para legitimar a visão anticomunista acerca do investigado era a presença de King em uma reunião na Highlander Folk School em 1957, em que alegadamente estava presente uma série de figuras importantes da esquerda norte-americana, tanto reformistas quanto revolucionários. A foto de King na reunião é um dos anexos mais comuns das cartas de civis para Hoover durante o período aqui estudado. Os remetentes a usavam para perguntar ao diretor do Bureau se as informações sobre o pastor ser comunista eram reais, ao mesmo tempo em que deixavam mais ou menos claras suas predisposições acerca dessa visão, como fica óbvio em missiva de 9 de julho de 1965, de Mission, Kansas:

O cartão postal em anexo foi enviado para mim pelo correio. Apesar do cartão não estar assinado, uma prática que eu detesto, as evidências da fonte [do cartão] estão plenamente liberadas e *eu presumo que elas existam*. (...) Meu ponto é: o fato de que isso está sendo enviado pelo *U.S. Mail*, e aparentemente não foi censurado, *indica que há verdade nos fatos evidenciados pela foto*. Se Martin Luther é intimamente associado com comunistas e suas atividades como essa foto revela, acho que os cidadãos dos Estados Unidos merecem e deveriam ser avisados desses fatos. *Assim como se essa foto for falsa, o autor dela deveria ser processado e responsabilizado*. [Section 37, 09/07/1965, Mission, Kansas]

Embora à primeira vista o final da carta dê a impressão de distanciamento e admissão da possibilidade do contraditório, percebe-se como o(a) remetente se posiciona

do lado concordante das afirmações anticomunistas acerca do investigado. Apesar de questionar a origem da foto, ele(a) “presume” que as evidências existam e que o simples fato de ela circular por meios “oficiais” garante a “verdade” dos “fatos” da foto. A possibilidade de interpretação da imagem, do episódio e da própria escola (que nunca foi comunista ou relacionada ao treinamento de comunistas) são escanteadas, em detrimento de visões preconcebidas sobre o pastor.

Tal foi a amplitude de circulação da foto em questão, que ela foi inserida em cartão postal com verso explicativo dos presentes na reunião, como pode ser observado na figura 3, em carta de 2 de junho de 1968, de Oak Hill, West Virginia.

Figura 3: Cartão Postal com foto de King na Highlander Folk School.



Fonte: Martin Luther King Jr. FBI File, Section 84, 02/06/1968, Oak Hill, West Virginia

A nota explicativa do verso afirmava que, além de King, estavam presentes na reunião Abner W. Berry (identificado pelo número 2), do Comitê Central do Partido Comunista dos EUA, Aubrey Williams (3), presidente da Frente Comunista, e Myles Horton (4), diretor da Highlander Folk School. Além disso, o cartão postal faz alusão comum a quase todas as referências à escola presentes na documentação: “Escola de Treinamento de Comunistas”.

Ainda na década de 1960, a imagem foi também reproduzida em outdoors presentes em estradas sulistas, com o objetivo de propagandear a visão de que King era um comunista, como pode ser observado na Figura 4.

A circulação dessa imagem foi significativa, a julgar pelas menções a ela e ao episódio nas cartas ao FBI. Houve ao todo 18 cartas com menção ao cartão postal, seis aos outdoors e 68 missivas com menções escritas à presença de King na escola. Vale ressaltar que, embora King tivesse alguma capilaridade em setores mais radicais que ele próprio na esquerda norte-americana, suas visões nunca foram, de fato, comunistas ou socialistas (CARSON, 2014, pp. 37, 155, 317, 414).

Figura 4: Placa de publicidade em rodovia no estado do Mississippi.



Fonte: <https://exhibits.stanford.edu/fitch/catalog/hd306zh7365>. Acesso: 15 jan. 2024.

Também fizeram parte das representações acerca do pastor as notícias falsas sobre sua trajetória. Um subterfúgio muito comum dos remetentes que se mostravam contra o investigado era afirmar ou trazer à baila que o pastor fazia parte de “organizações comunistas de fachada”. Tal era o absurdo dessas afirmações que o número dessas “organizações” variava entre diversas cartas, indício da falsidade das acusações: 70 (*Section* 28, 18/03/1968, Tucumcari, Novo México), 49 (*Section* 40, 16/08/1965, Plymouth, Michigan), 65 (*Section* 43, 10/09/1965, Sergeant Bluff, Iowa), 100 (*Section* 83, 16/04/1968, Laurel, Mississippi), 30 (*Section* 83, 20/04/1968, Marion, Ohio), 68 (*Section* 83, 20/04/1968, Vallejo, Califórnia) e 32 (*Section* 83, 22/04/1968, Perrysburg, Ohio).

Outras notícias falsas incluíam a participação de King numa operação de roubo de carros, uma alegada compra de “12 mil rifles automáticos” (*Section* 77, 29/11/1967, Ohio) e que o pastor havia sido um “estivador” e um “agitador político” desde 1940 (*Section* 40, 25/08/1965, Chicago, Illinois). Também eram comuns as figuras de ex-informantes do Bureau que davam palestras pelo país difamando o pastor e compartilhando informações falsas sobre ele. Dentre eles se destacam Karl Prussion e Julia Brown, que não raramente se passavam por ex-agentes da instituição. De acordo com nota informativa do FBI em carta de abril de 1968, por exemplo, “panfletos têm sido distribuídos ao redor do país anunciando os discursos da Sr.^a Brown para ‘falar sobre o assustador histórico secreto de Martin Luther King.’” (*Section* 82, 10/04/1968).

Como é possível perceber, conhecimentos simples acerca da figura do pastor são suficientes para derrubar tais afirmações, como seu pacifismo e suas visões reformistas, sua aversão a armas (CARSON, 2014, pp. 106 e 316) e até sua própria data de nascimento, em 1929, o que impossibilitaria sua “atividade política” como “estivador” aos onze anos de idade, em 1940.

Assim, é factível argumentar que o anticomunismo não era operacionalizado apenas como uma chave de interpretação de “fatos”, episódios e personagens históricos. Era o próprio modelo de inteligibilidade (HARTOG, 2014, p. 48) de parte significativa das pessoas que se dispunha a pensar as figuras políticas norte-americanas, o elemento ordenador da maneira com que enxergavam a realidade. Era o anticomunismo que

condicionava as afirmações, inquietações e dúvidas de civis acerca do mundo a sua volta. Mesmo aqueles que se sujeitavam a questionar ou ir na contramão das afirmações virulentas e falsas sobre a “ameaça comunista”, também o faziam a partir de premissas anticomunistas. Como boa parte dessas premissas e crenças eram falsas, seus interlocutores recorriam a argumentos de autoridade – quando se valiam de informações do FBI e do próprio Hoover, por exemplo – e elementos pessoais e/ou metafísicos – palpites, intuição e ausência de evidências como prova – para estruturar suas visões.

As respostas do FBI

Após o exame das perspectivas anticomunistas relacionadas a King, resta explorar como o FBI reagia às cartas. De maneira geral, as respostas aos remetentes eram protocolares, como pode-se perceber pela primeira resposta que reproduzimos no começo do artigo. Hoover, ou qualquer outro funcionário do FBI responsável pelas cartas, afirmava que não podia fornecer informações confidenciais dos arquivos do Bureau ou não podia emitir opiniões sobre terceiros. No entanto, como também ressaltamos no começo do artigo, era bastante comum – ao menos até 1966 – o envio de material anexo para os autores das cartas. Esses anexos eram, em geral, material anticomunista ou propagandístico do próprio FBI. A seguir uma tabela com o título e a quantidade de vezes que os principais anexos foram enviados.

Tabela 1: Anexos mais enviados nas respostas do FBI.

Nome do anexo	Nº de cópias enviadas
Let's Fight Communism Sanely!	42
The FBI's Role in the Field of Civil Rights	20
Faith in God - Our Answer to Communism	16
Communism and the Knowledge to Combat It!	15
Communism - The Incredible Swindle	22
Our Heritage of Greatness	55

Fonte: feita pelo próprio autor.

Embora o conteúdo desses anexos não esteja disponível, podemos imaginá-lo pelos títulos. Mostramos na tabela apenas aqueles materiais mais enviados, mas outros confirmam o viés anticomunista e nacionalista dos escritos: *The Communist Party Line*, *The Current Communist Threat*, *Young People Can Help Defeat Communism*, *Faith in Freedom*, *What Young People Should Know About Communism*, *The Communist Menace: Red Goals and Christian Ideals*, *Communism: The Bitter Enemy of Religion*, *An Analysis of the New Left: A Gospel of Nihilism*, *Respect for Law and Order*, *The FBI...Guardian of Civil Rights* e *Shall It Be Law or Tyranny?*, entre outros. Também era comum o envio de cópias de discursos de Hoover e de artigos de jornal favoráveis à agência.

Esses textos eram enviados para todos os tipos de remetentes: mulheres, homens, favoráveis ou não ao FBI, claramente anticomunistas ou não. E muitos desses civis nem sequer requisitavam esses textos. Percebe-se como essa comunicação com os remetentes era uma oportunidade para o Bureau circular as ideias de pretensa isenção e infalibilidade da agência, bem como o anticomunismo para a maior quantidade de pessoas possível. Além disso, a instituição aproveitava a sanha anticomunista de alguns remetentes para fazer propaganda dos próprios livros pretensamente escritos por Hoover sobre o comunismo. Em resposta à carta de remetente de Garden Grove, Califórnia, em fevereiro de 1965, o diretor do FBI sugeriu o seguinte:

Você pode querer ler meus livros “Mestres do Embuste” e “Estudo sobre o comunismo”, que foram escritos para ajudar os leitores a entenderem a conspiração comunista tanto nesse país quanto no estrangeiro. Eles devem estar disponíveis em alguma livraria local. [Section 23, 08/02/1965, Garden Grove, Califórnia]

A resposta foi complementada com cinco anexos: “*Our Heritage of Greatness*”, “*Let’s Figh Communism Sanely!*”, “*The U.S. Businessman Faces the Soviet Spy*”, “*Faith in God – Our Answer to Communism*” e “*Time for Decision*”. Fica clara a intenção de disseminar material anticomunista para uma população já exposta a esse tipo de material em diversas mídias, como o cinema, a imprensa norte-americana e os discursos políticos. Nesse sentido, via-se a luta contra o comunismo como um esforço amplo, que deveria contrabalancear a ordem de grandeza da própria “conspiração comunista” (FARIA, 2021,

p. 21). A vantagem desse tipo de discurso é que ao mesmo tempo em que não se dimensionava ou detalhava o conteúdo dessa “conspiração”, poderia ser flexibilizada para justificar e legitimar qualquer esforço anticomunista.

Em alguns momentos, o ímpeto dos remetentes nessa pretensa luta até suscitava uma resposta institucional fora do padrão inócuo comum. Após relatar convites que recebeu para dar palestras sobre os “perigos do comunismo”, um remetente de Hutchinson, Kansas (Section 31, 26/04/1965, Hutchinson, Kansas) pediu material anticomunista para Hoover para embasar suas falas. Em maio, o diretor respondeu o seguinte:

É sempre encorajador ouvir cidadãos que demonstram consciência sobre os problemas que nossa nação enfrenta e que desejam se preparar para os desafios que o comunismo apresenta para nossas liberdades. Um amplo conhecimento sobre os objetivos e operações do movimento comunista são essenciais se o povo Americano quiser efetivamente resistir à forte influência dele [movimento comunista]. [Section 31, 04/05/1965]

A carta termina com cinco materiais anticomunistas em anexo. Percebe-se que o FBI se via numa posição privilegiada na luta contra o comunismo internacional. Caberiam a ele o diálogo, o convencimento e a propaganda contra esse alegado “perigo”, complementando a já explorada imagem do diretor como alguém que iluminaria o caminho da nação e daqueles desinformados sobre a “conspiração” vermelha. O trecho acima revela que o Bureau e Hoover se viam como fundamentais para alimentar a “resistência” ao comunismo no âmbito doméstico.

A batalha pela memória: defender King e criticar o FBI

Dado o quadro amplo de anticomunismo que delineamos anteriormente, é lógico se pensar que havia dificuldade em promover uma defesa à figura de Martin Luther King Jr. nessas comunicações com o FBI. O mesmo poderia ser dito em relação a quaisquer críticas que alguém poderia ter à instituição. A força dessas narrativas era significativa, e afetava mesmo aqueles que viam positivamente o pastor e suas causas. Em carta de maio de 1965, um(a) remetente de Centralia, Washington, relatou que “Alguns dizem que ele [King] é comunista, outros dizem que não. Eu, pessoalmente, admiro-o pelo que ele está

tentando fazer. Estou certo ou errado [?] (...) Por favor, me corrija nesse assunto” (*Section 32, 03/05/1965, Centralia, Washington*).

Ou seja, até aqueles que, presumivelmente, defenderiam King e os *Civil Rights* mostravam dúvida perante a força das representações do pastor como um comunista inimigo da nação. Outra carta, de maio de 1965, se destaca entre esses simpatizantes do movimento que tinham dúvidas sobre King. Diz ela que

Nosso lar está um caos em relação aos recentes problemas raciais e nós temos uma diferença de opinião sobre o assunto. Eu apoio a causa negra tanto com palavras quanto financeiramente. Meu marido acha que isso é besteira. Ele ouviu de um pastor negro no Rotary Club uns dois meses atrás que Martin Luther King é definitivamente um comunista. (...) *Eu sou a primeira a admitir que os comunistas estão usando a crise racial como vantagem, mas não estou convencida de que os líderes do movimento estão trabalhando por nada além da igualdade dos negros.* [*Section 29, 07/04/1965, Fremont California*]

A remetente finalizou a missiva pedindo a opinião de Hoover sobre o assunto, perguntando se o diretor achava que ela deveria continuar doando dinheiro para a causa ou não. Percebe-se que, diferentemente de outros remetentes, essa tem uma convicção levemente mais firme em relação aos “líderes do movimento”, dizendo que não estava “convencida” da presença de influência comunista neles. Ao mesmo tempo, ela reconhece e recorre à “influência comunista” no movimento para questionar suas próprias visões, recorrendo a Hoover para sanar esse problema. Nota-se, portanto, que mesmo o posicionamento inicialmente favorável à causa não era imune à preocupação. Nem mesmo os remetentes mais ardorosos na defesa dos *Civil Rights* apresentavam uma defesa ampla às críticas de “comunismo” imputadas ao movimento negro.

Tal cenário se reflete nos números de defensores de King nas cartas. Da primeira carta disponível, de 26 de julho de 1962, até a data do assassinato do pastor, 4 de abril de 1968, apenas 34 cartas apresentavam algum comentário positivo ao ativista, contra 135 que expressavam críticas e 186 que não emitiam juízo de valor sobre o assunto. No total, as críticas a King somam 291 cartas, contra apenas 111 que o defendiam. Nota-se, portanto, que a maioria das defesas e/ou elogios ao pastor (77) foram tardios, ocorrendo a partir da morte do pastor, em 4 de abril de 1968, até a data da última carta do nosso corpus, de 2 de abril de 1976.

No que consistiam essas visões positivas acerca de King? A resposta a essa indagação está justamente na batalha pela memória do ativista, iniciada após seu assassinato. Tomando a dianteira nesse processo, parte significativa dos setores progressistas da sociedade norte-americana passou a celebrar a figura de King, pressionando autoridades locais, estaduais e federais a aprovarem celebrações públicas em sua homenagem e até um feriado em seu aniversário (FARIA, 2021, pp. 151-153). Ao mesmo tempo, boa parte dos escândalos e abusos do FBI começou a ser vazada pela imprensa, indignando as pessoas e fazendo crescer as tensões entre a sociedade civil, Hoover e o Bureau. Dessa forma, as possibilidades materiais de uma crítica à instituição se tornaram mais factíveis.

Primeiramente, a própria materialidade das narrativas anticomunistas aplicadas a King passou a encontrar limites. Em carta de janeiro de 1967, um remetente fez a seguinte colocação:

(...) Eu respeito você muito, Sr. Hoover, mas estou completamente perdido, porque você como chefe do FBI, que deveria lutar contra o Comunismo interno, se recusa a jogar luz sob o passado do Sr. King. (...) Como você pode ficar em silêncio sobre o fato de o Sr. King ser ou ter sido comunista? Ele tem muitos seguidores e não acho que é certo que eles sejam ignorantes em relação ao passado do Sr. King. Eu exijo, como pagador de impostos, ser informado acerca dessas figuras públicas se elas têm algum passado antiamericano. [Section 66, 15/01/1967, Chicago, Illinois]

Note-se que o(a) autor(a) da carta continua a reproduzir as mesmas premissas anticomunistas que vimos anteriormente: para ele(a), há apenas as opções de King “ser ou ter sido comunista”. No entanto, percebe-se o limite tanto da posição pública de aparente isenção por parte do FBI quanto da recusa das autoridades que o compunham de declarar abertamente suas posições acerca do ativista. Nesse sentido, o cidadão de Chicago expressa sua frustração com o Bureau e “exige” que a instituição tome um posicionamento claro e revele as informações que possui sobre o investigado, sob o argumento de que o FBI é uma instituição pública custeada com o dinheiro de impostos.

Embora já tenhamos deixado claro que o Bureau passou longe de ser “isento” em relação a seus investigados, particularmente no caso daqueles que eram negros e ativistas, a imagem pública de instituição apolítica ainda persistia, mas começava a ser questionada.

Após o assassinato de King, as críticas ao FBI ficaram ainda mais claras. Muitas cartas passaram, por exemplo, a revisitar uma declaração dada por Hoover em 1964 de que o pastor era o “mais notório mentiroso do país”.

Em abril de 1968, um remetente de Illinois afirmou que, ao proferir essas palavras, o diretor cometeu “uma grave afronta ao caráter e à franqueza e, portanto, à dignidade de Martin Luther King” e sugeriu um pedido de desculpas público de Hoover (*Section 82*, 08/04/1968, Elmhurst, Illinois). Outro remetente, do estado de Nova York, afirmou que a declaração foi uma “coisa terrível para qualquer um dizer nesses tempos, encorajando forças violentas” (*Section 82*, 08/04/1968, West Hempstead, Nova York). Já um remetente de Massachusetts foi mais incisivo:

Primeiramente, não há razão para você fazer esse tipo de comentário. Você comanda o FBI, e não é sua função julgar a veracidade de figuras públicas. Em segundo lugar, sua afirmação foi em si uma mentira clara. Em terceiro lugar, você nunca teve a decência, até onde sei, de se retratar publicamente dessa alegação falsa em relação ao Dr. King. Apesar de não ser mais possível pedir desculpas a ele pessoalmente, é tempo de admitir seu erro em público, quanto mais cedo melhor. [*Section 92*, 09/04/1968, Somerville, Massachusetts]

Percebe-se claramente que após a morte do pastor e o começo do processo de releitura de sua vida e legado, as fragilidades da leitura anticomunista passaram a ser trazidas à baila por parte da população norte-americana. Não só isso, mas também as próprias atitudes (ou falta delas) por parte do FBI em relação às investigações e à proteção de figuras públicas negras importantes naquele momento histórico.

A partir de 1969, começaram a surgir as primeiras reportagens revelando as escutas que o FBI havia utilizado contra King em meados daquela década. Em geral, os remetentes ignoravam os rumores sobre a vida sexual do pastor e focavam nos abusos cometidos pelo Bureau em relação à violação da privacidade do investigado. Um remetente do Texas, em 1969, apontou a contradição entre esses atos e a imagem pública do FBI em carta: “por favor, concilie para mim (se puder) sua devoção à ‘lei e ordem’ com o ilegal e não autorizado uso de escutas contra o falecido Dr. Martin Luther King Jr.” (*Section 86*, 16/06/1969, Freeport, Texas).

Figura 5: Notícia de jornal anexada em carta enviada ao FBI.



Fonte: Martin Luther King Jr. FBI File, Section 90, sem data, Washington D.C.

Em agosto de 1970, um artigo da revista *Time* expôs mais claramente a questão das escutas na investigação a King e os possíveis casos extramaritais do pastor, bem como as reações de Hoover a essas questões. A partir daí, as reações se tornaram mais abertamente críticas à instituição e ao diretor dela. Um remetente de Irving, Texas, afirmou que estava "enojado" e que se opunha ao "reportado uso de material proveniente de escutas no caso das críticas do falecido Dr. Martin Luther King ao FBI". Ainda completou dizendo que "se informações confidenciais sobre a vida privada dele foram utilizadas como chantagem isso prova que vocês [o FBI] são os verdadeiros criminosos" (*Section 90*, 09/08/1970, Irving, Texas). Outro remetente, dessa vez da Califórnia, afirmou que "eu não consigo ver como a vida privada de Martin Luther King afetou a segurança dos Estados Unidos da América. Eu protesto contra o uso dos meus impostos para esse ato detestável de bisbilhotar!!! Minha esposa concorda" (*Section 90*, 10/08/1970, Burlingame, Califórnia).

Mas essas críticas à instituição não eram apenas vindas de pessoas que estavam propícias a falar mal do FBI. Cartas detalhando as desilusões com o Bureau por conta da investigação de King começaram a ser enviadas para Hoover. Um remetente de Green Bay, Wisconsin, relatou o seguinte:

Sou um homem jovem, de 26 anos, mas durante esses anos eu tive um grande respeito por você [Hoover] e pelo FBI. Eu li com admiração e confiança seu livro *Mestres do Embuste*. Mas sinto que meu respeito e admiração foram maltratados pela sua liberação de informações sobre a vida privada do Reverendo King. A vida pessoal dele, sua fidelidade ou infidelidade à esposa tem pouco a ver com a mensagem que deixou para a América. (...) Eu sinceramente espero e exorto você a aparecer na mídia para recuperar tudo o que for possível da integridade da reputação do Dr. King. E faço-o pelo bem da família dele e pelo bem de muitos jovens nos Estados Unidos que hoje estão chorando e até se revoltando por alguém em quem acreditar. [Section 90, 10/08/1970, Green Bay, Wisconsin]

Nota-se que se trata de uma pessoa que respeitava e admirava o Bureau, mas que ao saber do escândalo das escutas se desiluiu profundamente com a instituição e com Hoover. Percebe-se também que a polêmica não gerou apenas uma resposta emocional e pessoal, mas também se transformou em um assunto de interesse nacional, já que havia pessoas “jovens” dispostas a “chorar” e “se revoltar” por conta da liderança de King, de acordo com o remetente. Se as discussões sobre o alegado e falso “comunismo” do pastor eram assunto cotidiano e recorrente nos mais diversos ambientes públicos e privados dos EUA durante a década de 1960, as releituras de sua trajetória após o assassinato também o eram.

As respostas do FBI a essas críticas expressavam o mesmo tom opaco e burocrático daquelas que relatamos anteriormente. Em geral, afirmava-se que o Bureau “não realiza atividades de chantagem” e que “não há nem uma gota de verdade nas alegações de que esse Bureau chantageou Martin Luther King” (*Section 90, 20/08/1970*). No entanto, as críticas continuaram. E vinham acompanhadas de exaltações ao pastor. Após dizer que sua “admiração e respeito” pelo “patriotismo passado” de Hoover haviam sido abalados, um remetente de Los Angeles afirmou que “as contribuições do Dr. King para essa terra que ele amou foram maiores do que essa geração pode determinar”. Ele completou dizendo que o ativista havia “salvado os Estados Unidos de um grande conflito interno” (*Section 90, 14/08/1970, Los Angeles, Califórnia*).

À luz do assassinato do ativista e dos esforços de releitura de sua atividade política, representações mais positivas e amplas sobre sua figura foram construídas e disseminadas pelos mais diversos meios, dentre eles as cartas aqui analisadas. Essa mudança de tom entre meados dos anos 1960 e início dos anos 1970 – de uma figura “comunista” e prejudicial à nação a um homem de legado positivo ao país – antecipou muito das mudanças na imagem pública de King entre os mais diversos grupos políticos estadunidenses (HALL, 2005). Em contraposição, as representações do FBI e de Hoover sofreram o inverso: foram se tornando cada vez mais críticas na medida em que a atuação problemática da agência passava a ser revelada.

Duas cartas expressam de maneira dramática o desencanto com o Bureau e a quebra fundamental de sua imagem pública tão cuidadosamente construída desde os anos 1920. Em uma missiva direcionada a senadores do estado de Indiana, um remetente afirmou em 1975 que “após a morte de J. Edgar Hoover eu compus um poema em sua homenagem. (...) J. Edgar Hoover e seus homens foram meus heróis desde que posso me lembrar”. Mas após as revelações dos abusos da agência, relata o autor da carta que “minha adoração pelo FBI sofreu um brusco fim”, por conta do “poder absoluto” do diretor (*Section 98*, 20/11/1975, Bloomington Indiana). As palavras utilizadas pelo autor revelam o conteúdo metafísico das representações que permearam a história do FBI e de Hoover. Tratava-se de “heróis” passíveis de “adoração”, figuras além do simples policial ou detetive.

Outra expressão fiel desse conteúdo é uma carta de agosto de 1970, de um remetente de Michigan. Disse ele que

Talvez eu seja inocente aos 48 anos, mas o FBI sempre foi para mim quase sinônimo de Honra, Integridade e Coragem. Um policial de cidade grande pode ser bom ou mau, mas você pode contar que um homem do FBI não vai te decepcionar. A maioria das pessoas que zombam do FBI o fazem porque elas na verdade acreditam do fundo de suas almas que eles são os últimos cavaleiros dos dias da cavalaria (...) o policial ou o detetive ideais. Se você fez como Williams [autor de livro sobre King] diz (...) então você fez algo que nenhum policial faria. (...) Minha escolha é não acreditar nisso (...). [*Section 90*, 11/08/1970, Kalamazoo, Michigan]

O autor da carta sintetiza a imagem pública que o FBI criou desde a ascensão de Hoover à diretoria da instituição. Percebe-se novamente a peculiaridade do vocabulário

utilizado para descrever suas crenças: “alma”, “cavaleiros”, “dias da cavalaria”, “policia ou o detetive ideais”. A partir dessa perspectiva completamente apartada da realidade material, construíram-se representações tanto de King quanto do FBI.

Ora, apenas a partir dessa perspectiva poder-se-ia escorar tamanho abuso cometido contra diversos ativistas em décadas de repressão a movimentos sociais. Se as acusações de “comunismo” imputadas a King eram absurdas e infactíveis, também o eram suas contrapartes relacionadas à instituição. Para que os “últimos cavaleiros” existissem, deveria haver um perigo igualmente grandioso, uma ameaça vermelha que fosse um obstáculo à “honra, integridade e coragem” e aos elementos constitutivos da narrativa da nação norte-americana (JUNQUEIRA, 2018). A força dessas ideias também é percebida nessa última carta. Mesmo com todos os escândalos expostos publicamente, o remetente escolheu “não acreditar nisso”.

Conclusões

Do “comunista” aos “últimos cavaleiros”, as representações diversas e sobrepostas sobre o pastor e os agentes do FBI só puderam ser construídas e veiculadas devido às suas trajetórias complexas e às condições materiais apresentadas àqueles dispostos a expressarem suas visões sobre ambos. A partir dessa amálgama, traduziram-se o pastor e o Bureau a partir tanto de opiniões pessoais, como de materiais como livros, imagens, propaganda, programas de rádio e TV e filmes. Para entender esse processo, é necessário um conhecimento tanto acerca da figura do investigado e do FBI quanto do contexto em que essas representações foram produzidas.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo não foi contrapor a falsidade das acusações a King com uma pretensa “verdade” ou “realidade” sobre o pastor, exercício bastante fácil com simples leitura acerca do ativismo do investigado. Pretendemos, indo em outra direção, reconstruir um quadro de diversas representações acerca de King existentes na década de 1960, que, por motivos políticos desde sua morte, foram solapados em detrimento de visões positivas acerca dele, tanto à direita quanto à esquerda. Além disso, entender de que forma, ao representar o pastor dessas formas, também foram construídos

retratos acerca do FBI e de seus funcionários. Nosso objetivo com isso foi trazer à baila as condições materiais de possibilidade para a construção dessas representações hoje moribundas, ressaltando o papel do Bureau nesse processo. Percebemos como esses retratos foram intimamente dependentes de uma atmosfera profundamente anticomunista e racista, propensa à criação dos mais variados factoides para justificar e legitimar visões problemáticas acerca do pastor.

Portanto, a agência não agiu de forma “isenta” durante a década de 1960 com relação nem a King nem ao movimento dos *Civil Rights*. Muito pelo contrário, foi peça fundamental na demonização de muitas das figuras mais importantes do movimento, fosse por omissão ou conscientemente alimentando de forma pública imagens errôneas sobre os investigados. Dessa forma, a atuação da agência, tanto direta quanto indiretamente, foi fundamental para a retroalimentação do anticomunismo e racismo já presentes e enraizados na sociedade estadunidense daquele momento.

Com isso, queremos dizer que seja em declarações públicas – como a de Hoover afirmando que King era o “mais notório mentiroso do país” –, em investigações e atos ilegais e de sabotagem ou na distribuição de material anticomunista, o FBI foi parte fundamental da repressão ao movimento negro em geral nos Estados Unidos. O que sustentava esse esforço gigantesco e heterogêneo era justamente um conjunto de ideias anticomunistas e racistas das quais o Bureau tanto fazia uso quanto ajudou a construir.

O papel do historiador ao estudar essas ideias, julgamos, não é expor a falsidade de seus conteúdos. Nos dizeres de Jacques Le Goff, “(...) tendo em conta o fato de que todo documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso, trata-se de pôr à luz as condições de produção e de mostrar em que medida o documento é instrumento de um poder.” (LE GOFF, 2013, p. 485). Embora contemporaneamente tenhamos meios para pesquisar e refutar as notícias falsas sobre o pastor, bem como possamos considerar absurda a ideia de um Martin Luther King Jr. como traficante de armas, essas representações tinham força quando foram concebidas, graças à atmosfera anticomunista e racista da Guerra Fria.

Nossa função, portanto, é entender as condições históricas e sociais em que esses retratos foram produzidos – falsos ou não – bem como mapear as estratégias por trás deles e “restituir ao passado sua dimensão de presente (...) de tal sorte que o presente do passado

nos ajude a melhor refletir sobre o nosso presente (...)” (LYNCH, 2010, p. 34). Nesse sentido, longe de superarmos as formas anticomunistas e racistas de representação de figuras políticas não brancas, o que observamos na contemporaneidade é uma diversificação e rearticulação desses elementos sob formas diversas (MAY, 2017). Cumprem, portanto, uma radical recusa a essas formas de representação e o desmantelamento das condições materiais que as possibilitam, bem como a construção de novas.

Referências bibliográficas

- BURROUGH, Bryan (2004). **Public Enemies: America's Greatest Crime Wave and the Birth of the FBI, 1933-34**. New York: Penguin Press.
- CARSON, Clayborne (Org.) (2014). **A Autobiografia de Martin Luther King Jr.** Rio de Janeiro: Zahar.
- FARIA, J. P. M (2021). **FBI, Movimento Negro e Guerra Fria: as Investigações sobre Malcolm X e Martin Luther King Jr. (1953-1968)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo.
- GLEN, John M (1996). **Highlander: No Ordinary School**. Knoxville: University of Tennessee Press.
- HAGEDORN, Ann (2007). **Savage Peace: Hope and Fear in America, 1919**. New York: Simon & Schuster.
- HALL, Jacquelyn Dowd (2005). The Long Civil Rights Movement and the Political Uses of the Past. *In: The Journal of American History*, Vol. 91, No. 4, pp. 1233-1263.
- HARTOG, François (1999). **O Espelho de Heródoto**. Belo Horizonte: UFMG.
- JEFFREYS-JONES, Rhodri (2007). **The FBI: A History**. London and New Haven: Yale University Press.
- JUNQUEIRA, Mary Anne (2018). **Estados Unidos. Estado Nacional e narrativa da nação (1776- 1900)**. São Paulo: Edusp.
- LYNCH, Christian E. C (2010). A democracia como problema: Pierre Rosanvallon e a escola francesa do político. *In: ROSANVALLON, Pierre. Por uma História do Político*. São Paulo: Alameda.

- MALATIAN, Teresa (2017). Narrador, registro e arquivo. *In*: DE LUCA, Tania R. e PINSKY, Carla B. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto.
- MAY, Elaine Tyler. **Fortress America: How We Embraced Fear and Abandoned Democracy**. Edição Kindle. New York: Basic Books, 2017.
- MCGERR, Michael (2003). **A Fierce Discontent: The Rise and Fall of the Progressive Movement in America**. New York: Oxford University Press.
- O'REILLY, Kenneth (1987). The Roosevelt Administration and Black America: Federal Surveillance Policy and Civil Rights during the New Deal and World War II Years. *In*: **Phylon**, vol. 48, nº 1.
- POWERS, Richard Gid (2004). **Broken: The Troubled Past and Uncertain Future of the FBI**. New York: Free Press.
- ROEDINGER, David R (2007). **The Wages of Whiteness**. London & New York: Verso.
- SULLIVAN, William C. e BROWN, Bill (1979). **The Bureau: My Thirty Years in Hoover's FBI**. New York: W. W. Norton & Company.
- THEOHARIS, Athan (Org.) (2000). **The FBI: A Comprehensive Reference Guide**. New York: Oryx Press.
- THEOHARIS, Athan (2004). **The FBI and American Democracy: A Brief Critical History**. Kansas City: Kansas University Press.
- TYSON, Pearline M (2010). **FBI Paranoia: The FBI's War Against CORE & SNCC, 1956-1971**. Dissertação de Mestrado. Morgan State University, 2010.